

A GEOGRAFIA ESCOLAR E A LEITURA CRÍTICA DAS DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO BRASIL EDUCAM



ANDREA ROSSINI TAFURI FÁVARO

Bacharel em História e mestre em História Social pela Pontifícia Universidade de São Paulo (PUC-SP). Pós-Graduada em Metodologia do Ensino de Geografia pelo Centro Universitário Casa Verde. Professora de História do Ensino Fundamental II e Ensino Médio da Rede Municipal de São Paulo.

RESUMO

A Geografia escolar desempenha papel essencial na formação de sujeitos críticos, conscientes das dinâmicas socioespaciais que estruturam o território brasileiro. O presente artigo tem como objetivo analisar de que forma o ensino de Geografia pode contribuir para a compreensão das desigualdades socioespaciais no Brasil, promovendo a leitura crítica do espaço e a desnaturalização de narrativas que legitimam exclusões históricas. A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, de cunho teórico-bibliográfico, fundamentando-se em autores como Milton Santos, Helena Callai, Sonia Castellar, Ariovaldo Umbelino de Oliveira, entre outros. A análise foi organizada em três eixos: o desenvolvimento do pensamento espacial crítico; a caracterização das desigualdades socioespaciais no Brasil; e o enfrentamento das representações naturalizadas dessas desigualdades no contexto escolar. Os resultados indicam que a Geografia, ao ser ensinada a partir de uma perspectiva crítica, torna-se ferramenta formativa potente, capaz de evidenciar as contradições espaciais, ampliar o repertório analítico dos estudantes e estimular a construção de projetos de intervenção territorial. Conclui-se que o ensino geográfico, quando ancorado em práticas investigativas, dialógicas e contextualizadas, fortalece a consciência cidadã e contribui para a consolidação de uma educação voltada à justiça territorial e ao reconhecimento das diversidades. A valorização do espaço vivido e a problematização das desigualdades transformam a Geografia em instrumento pedagógico estratégico para a formação democrática.

PALAVRAS-CHAVE: Geografia escolar; Desigualdades socioespaciais; Pensamento crítico; Justiça territorial; Educação básica

INTRODUÇÃO

O espaço geográfico, como produto histórico das relações sociais, revela-se um campo privilegiado para a compreensão das múltiplas formas de desigualdade que atravessam a realidade brasileira. Nesse contexto, a Geografia escolar adquire função estratégica no processo de formação cidadã, ao possibilitar que os estudantes leiam criticamente o território em que vivem e compreendam as dinâmicas que condicionam o acesso desigual aos recursos, aos serviços e às oportunidades. A escola, enquanto espaço de mediação cultural e construção de saberes, desempenha papel fundamental na formação de sujeitos conscientes das contradições que marcam o espaço social.

No Brasil, marcado por intensas desigualdades socioespaciais, torna-se indispensável uma abordagem da Geografia que vá além da memorização de localizações e características físicas, incorporando reflexões sobre as causas históricas, econômicas e políticas das disparidades regionais. O ensino dessa disciplina deve contribuir para que o discente desenvolva o pensamento espacial crítico, identificando como as relações de poder se materializam nos territórios, configurando zonas de privilégio e de exclusão. Tal proposta pedagógica não apenas amplia o repertório conceitual dos estudantes, mas também fortalece sua capacidade de atuação ética e transformadora no mundo.

As diretrizes propostas pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC) apontam para a necessidade de um ensino de Geografia comprometido com a leitura do espaço como expressão das práticas sociais, estimulando a análise de fenômenos complexos, como segregação urbana, migração, uso e apropriação dos recursos naturais, impactos ambientais e concentração fundiária (BRASIL, 2018). Ao colocar em evidência a dimensão política do território, a Geografia escolar passa a exercer papel formativo relevante na constituição de valores como justiça social, solidariedade, equidade e participação cidadã.

A relevância do tema também se impõe diante dos desafios atuais impostos pela globalização, pela urbanização desigual e pelas múltiplas crises socioambientais que afetam de maneira assimétrica as populações. O ensino de Geografia, ao promover a leitura crítica do espaço vivido, permite que os sujeitos escolares compreendam as conexões entre o local e o global, entre a estrutura e a agência, entre o espaço físico e as práticas sociais. Trata-se de desenvolver competências que não se restrinjam ao campo acadêmico, mas que habilitem o estudante para a interpretação e transformação da realidade em que está inserido.

Diante disso, este artigo tem como objetivo analisar de que forma a Geografia escolar pode atuar como instrumento formativo para a compreensão das desigualdades socioespaciais no Brasil. Para tanto, adota-se uma abordagem qualitativa de natureza teórico-bibliográfica, com base em autores clássicos e contemporâneos da Geografia crítica e do campo da educação. Parte-se da premissa de que a leitura crítica do espaço, aliada a práticas pedagógicas contextualizadas e dialógicas, contribui para o fortalecimento da cidadania e para a construção de sociedades mais justas e democráticas.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O PAPEL DA GEOGRAFIA NO DESENVOLVIMENTO DO PENSAMENTO ESPACIAL CRÍTICO

A Geografia, enquanto ciência que investiga as interações entre sociedade e espaço, possui grande potencial para fomentar a leitura crítica da realidade. No ambiente escolar, essa função se torna ainda mais relevante, à medida que permite aos estudantes compreenderem as dinâmicas territoriais que estruturam suas vivências cotidianas. A Geografia escolar, quando compreendida em sua dimensão formativa, contribui para o desenvolvimento de competências analíticas voltadas à interpretação de fenômenos socioespaciais, promovendo o pensamento crítico e a consciência cidadã.

Milton Santos (2000) destaca que a Geografia é a chave para a compreensão das contradições da globalização e da fragmentação do espaço. Para o autor, o território não pode ser visto apenas como superfície física, mas como um conjunto de relações sociais mediadas pelo poder. Assim, compreender o espaço é entender como ele é produzido e apropriado de maneira desigual. Essa perspectiva transforma a Geografia escolar em instrumento de emancipação intelectual e política.

A Geografia não pode continuar a ser uma descrição do mundo físico, uma listagem de capitais e rios. Ela é, antes de tudo, a ciência do espaço habitado, do espaço usado, do espaço vivido. E, neste espaço, os homens agem, sofrem, resistem. O território é, assim, um palco de disputas, e o seu estudo deve revelar as formas como o poder se materializa na organização do espaço, nos fluxos, nas redes, nas fronteiras, nas exclusões (SANTOS, 2000, p. 47).

Essa abordagem amplia a função da Geografia no currículo escolar, deslocando-a de um modelo conteudista e descritivo para uma prática pedagógica reflexiva e engajada. Desenvolver o pensamento espacial crítico significa estimular os estudantes a questionar, interpretar e intervir no espaço, compreendendo suas múltiplas dimensões – natural, social, econômica, cultural e política. Ao observar e analisar o lugar onde se vive, torna-se possível identificar desigualdades, usos diferenciados do território, disputas por recursos e invisibilidades espaciais.

Callai (2011), ao tratar da educação geográfica, defende que o ensino de Geografia deve priorizar a formação de sujeitos capazes de se posicionar diante das injustiças socioespaciais. Para isso, o trabalho pedagógico precisa partir da realidade dos alunos, valorizando suas experiências territoriais e suas percepções de mundo. Essa valorização do espaço vivido possibilita a construção de saberes significativos, articulando os conteúdos escolares com os contextos locais.

A Geografia, para ser escolar e formativa, deve partir do cotidiano do aluno, de seu território de vida, de sua experiência sensível com o espaço. É a partir daí que se pode construir o pensamento espacial crítico. A criança, o jovem, o adolescente devem compreender o porquê das desigualdades, a lógica dos contrastes, as razões da segregação. E isso se faz pela mediação do professor, que transforma o espaço vivido em conteúdo escolar, dotando-o de sentido político e pedagógico (CALLAI, 2011, p. 59).

O pensamento espacial crítico, nesse contexto, não se limita ao domínio de conceitos como território, região, lugar ou paisagem. Ele requer a capacidade de estabelecer relações, de identificar contradições, de contextualizar fenômenos e de produzir sínteses interpretativas. É por meio

dessa habilidade que se torna possível construir uma visão integrada da realidade, essencial para a formação de cidadãos conscientes e atuantes.

Castellar e Passini (2010) observam que o ensino da Geografia deve promover a representação do espaço como construção social. Isso implica o uso de mapas, esquemas, imagens, relatos e outras linguagens que possibilitem a visualização e análise das estruturas espaciais. Ao representar o espaço, o estudante exercita o raciocínio espacial e a capacidade de abstração, fundamentais para a leitura crítica da realidade. Além disso, a representação permite identificar exclusões, hierarquias e padrões de organização territorial, tornando visíveis as desigualdades que frequentemente se tornam naturalizadas no cotidiano.

Moraes (2005) argumenta que o território deve ser compreendido como produto histórico de relações desiguais de poder. Sua apropriação é determinada por interesses econômicos, decisões políticas e condições culturais. No contexto escolar, isso significa tratar o espaço como objeto de disputa, e não como cenário neutro. Ao trabalhar essa perspectiva com os estudantes, promove-se o entendimento de que o território é politicamente produzido, e que suas configurações refletem as estruturas de dominação presentes na sociedade.

Ensinar Geografia é ensinar a ver o território como resultado de lutas sociais, de conflitos, de estratégias de apropriação. É mostrar que as cidades não crescem por acaso, que os campos não se organizam espontaneamente, que as fronteiras são construídas. O território é produto da história, das escolhas políticas, das desigualdades econômicas. A escola precisa trazer à tona essas questões, rompendo com a neutralidade ilusória do saber geográfico tradicional (MORAES, 2005, p. 103).

Yves Lacoste (1988), ao afirmar que a Geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra, alerta para o caráter estratégico do saber geográfico. Seu domínio implica poder de intervenção sobre o território, capacidade de decisão e de controle. Essa constatação torna ainda mais evidente a necessidade de que o ensino de Geografia seja comprometido com a democratização do conhecimento e com a ampliação do acesso aos instrumentos de leitura do mundo.

A escola, nesse cenário, assume o papel de formadora de leitores do espaço. Ao integrar teoria e prática, ao articular o local e o global, ao problematizar as representações sociais do território, o ensino de Geografia contribui para o empoderamento intelectual dos estudantes. Além disso, promove a consciência de pertencimento e a valorização das identidades territoriais, essenciais para o fortalecimento dos vínculos comunitários e da responsabilidade socioambiental.

Em síntese, pode-se afirmar que o desenvolvimento do pensamento espacial crítico é uma das contribuições mais significativas da Geografia escolar. Essa habilidade permite aos estudantes compreenderem o espaço não como algo dado, mas como construção histórica e social. Por meio de práticas pedagógicas investigativas, dialógicas e contextualizadas, a disciplina torna-se instrumento de formação cidadã, capaz de revelar as contradições do mundo e de apontar caminhos para sua transformação.

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS NO BRASIL: DINÂMICAS, CAUSAS E REPRESENTAÇÕES

A compreensão das desigualdades socioespaciais no Brasil exige o reconhecimento de que o território é uma construção histórica resultante de relações sociais desiguais. Essas desigualdades não se expressam apenas nas disparidades de renda ou de acesso a bens materiais, mas também se manifestam na maneira como o espaço é organizado, apropriado e representado. A Geografia, ao tratar das relações entre sociedade e espaço, permite identificar e interpretar essas assimetrias, oferecendo aos estudantes instrumentos analíticos para compreender as dinâmicas sociais que moldam o território.

A configuração do espaço brasileiro é marcada por profundas disparidades regionais, fruto de um processo histórico de ocupação desigual, centralização de investimentos e marginalização de determinadas áreas. A partir da urbanização acelerada do século XX, agravaram-se os contrastes entre regiões metropolitanas e periferias, entre centros dinâmicos e áreas de estagnação econômica. Tais desigualdades não são meramente geográficas; são políticas, sociais e estruturais. Segundo Corrêa (1997), o espaço urbano brasileiro é a materialização das contradições sociais, sendo ao mesmo tempo produto e condicionante das desigualdades.

As cidades brasileiras revelam, em sua estrutura, a expressão concreta da desigualdade social. A segmentação espacial, marcada pela existência de áreas ricas e áreas pobres, reflete não apenas diferentes formas de apropriação do solo urbano, mas também distintas possibilidades de inserção social. O espaço, portanto, não é neutro: ele espelha a lógica da segregação, das hierarquias sociais e do poder econômico. Compreender essa lógica é essencial para problematizar a naturalização das desigualdades (CORRÊA, 1997, p. 82).

Essas desigualdades se manifestam em múltiplas escalas e dimensões: na concentração fundiária no campo, nas periferias urbanas carentes de infraestrutura, na ausência de políticas públicas em regiões interioranas, na precariedade habitacional, na poluição ambiental em áreas industriais e na exclusão digital em comunidades rurais. A análise dessas configurações exige que se perceba o território como produto de decisões políticas e estratégias econômicas, e não como espaço neutro ou natural.

O Atlas do Censo Demográfico do IBGE (2010) oferece evidências empíricas das desigualdades espaciais no Brasil. Os dados demonstram, por exemplo, que regiões como o Sudeste concentram os maiores índices de desenvolvimento humano, enquanto o Norte e o Nordeste apresentam os piores indicadores de renda, saúde e educação. No âmbito intraurbano, a segregação é evidente: bairros nobres e periferias coexistem de forma desigual, com acesso diferenciado a saneamento, mobilidade, serviços públicos e segurança.

Martine (1994) observa que a urbanização brasileira ocorreu de forma excludente, privilegiando setores economicamente fortes e relegando grande parte da população a espaços marginalizados. O crescimento desordenado, aliado à especulação imobiliária e à ausência de planejamento urbano, contribuiu para a produção de um espaço fragmentado e injusto. A escola, ao abordar essas questões, pode contribuir para a formação de uma consciência espacial crítica, permitindo que os estudantes compreendam o território como campo de disputa por direitos.

O processo de urbanização no Brasil, longe de ser homogêneo, acentuou desigualdades já existentes. O acesso à terra urbana, aos serviços básicos, à habitação digna foi – e continua sendo – restrito a parcelas da população com poder aquisitivo. A população pobre, por sua vez, foi empurrada para áreas de risco, para os morros, para os fundões, para as zonas esquecidas pelo poder público. O espaço urbano, nesse sentido, é território de exclusão e resistência (MARTINE, 1994, p. 137).

Ana Fani Carlos (2007) reforça essa leitura ao analisar os processos de metropolização e exclusão urbana. Para a autora, o espaço é utilizado como instrumento de controle social, reforçando desigualdades e limitando possibilidades de mobilidade e inserção cidadã. A organização espacial, portanto, deve ser entendida como expressão de um modelo socioeconômico excludente, que distribui privilégios e privações de maneira sistemática.

No campo, as desigualdades espaciais também são evidentes. A estrutura fundiária brasileira, historicamente concentradora, tem impacto direto na qualidade de vida das populações rurais. Grandes propriedades convivem com minifúndios improdutivos, e o acesso à terra continua sendo um dos principais fatores de exclusão social. Essa configuração territorial influencia diretamente o êxodo rural, a pobreza no campo e a precarização das condições de vida das comunidades tradicionais.

A representação dessas desigualdades, muitas vezes, é marcada por estigmas e simplificações. A mídia, o discurso político e até o material didático frequentemente reproduzem imagens negativas de determinadas regiões, como o sertão nordestino ou as periferias urbanas. Essas representações naturalizam a exclusão, ocultando suas causas históricas e estruturais. A Geografia escolar, nesse sentido, tem o papel de desconstruir essas visões estereotipadas, promovendo uma leitura crítica do espaço e das representações que dele se constroem.

Silva (2020) ressalta que a escola pública, em especial nas periferias urbanas, é espaço estratégico para a discussão sobre desigualdades socioespaciais. Ao partir da realidade concreta dos estudantes, é possível promover o reconhecimento do território como lugar de vida, de identidade e de luta por direitos. A cartografia social, a análise de mapas temáticos e os projetos de intervenção no espaço são estratégias pedagógicas que fortalecem o vínculo entre conhecimento geográfico e vivência cotidiana.

A escola é, muitas vezes, a única instituição pública presente nos territórios de maior vulnerabilidade social. Cabe a ela não apenas reproduzir conteúdo, mas estimular a reflexão sobre o espaço vivido. Ao propor atividades que envolvam o reconhecimento do bairro, a identificação de problemas locais e a elaboração de propostas de ação, o ensino de Geografia torna-se prática de resistência e de transformação social. Assim, o aluno deixa de ser apenas morador da periferia e passa a ser sujeito ativo na leitura e na intervenção em seu território (SILVA, 2020, p. 128).

A análise crítica das desigualdades socioespaciais, portanto, deve integrar o currículo da Geografia de forma transversal e articulada. É fundamental que os estudantes compreendam como as relações sociais se projetam no território, e como o espaço reflete – e ao mesmo tempo produz – as desigualdades estruturais da sociedade brasileira. Essa compreensão fortalece o exercício da cidadania e a busca por justiça territorial.

Em síntese, as desigualdades socioespaciais no Brasil são expressão de um processo his-

tórico de organização territorial excluente, que se manifesta tanto no campo quanto na cidade. A Geografia escolar, ao problematizar essas dinâmicas, possibilita a formação de sujeitos capazes de reconhecer os mecanismos de reprodução das desigualdades, de questionar os discursos naturalizantes e de atuar de forma crítica em seus contextos. Ao valorizar o espaço vivido como objeto de estudo e de ação, a educação geográfica contribui para a construção de uma sociedade mais justa, democrática e territorialmente equilibrada.

A GEOGRAFIA ESCOLAR E O COMBATE ÀS VISÕES NATURALIZADAS DAS DESIGUALDADES

A Geografia, enquanto ciência voltada à análise das relações entre sociedade e espaço, tem papel fundamental na desnaturalização das desigualdades sociais. Essa função torna-se ainda mais relevante no contexto educacional, sobretudo no Ensino Fundamental, onde se inicia a formação cidadã dos estudantes. A Geografia escolar, nesse sentido, deve ir além da descrição de fenômenos espaciais para atuar como ferramenta crítica de leitura do mundo, contribuindo para que os sujeitos compreendam as causas históricas, estruturais e políticas que configuram as desigualdades territoriais no Brasil.

Com frequência, os discursos que explicam a distribuição desigual da população, da renda, da infraestrutura e dos serviços naturais ou urbanos são construídos de forma simplificada e essencialista. Tais narrativas tendem a naturalizar a pobreza, a precariedade habitacional ou a marginalidade de determinados territórios, desconsiderando o peso das decisões políticas e da estrutura econômica que historicamente produziram tais assimetrias. A Geografia escolar, ao se alinhar a uma abordagem crítica e transformadora, deve romper com essa visão determinista e promover a compreensão do espaço como construção social (OLIVEIRA, 2011).

Quando se ensina Geografia de forma neutra e descontextualizada, reforça-se a ideia de que as condições territoriais são dadas pela natureza, pela cultura local ou pela suposta incapacidade das populações. Essa perspectiva oculta os mecanismos reais de produção do espaço e legitima desigualdades. A proposta de uma Geografia crítica, ao contrário, busca evidenciar os interesses, as lógicas de poder e os processos históricos que estruturam a distribuição desigual de recursos e oportunidades (OLIVEIRA, 2011, p. 63).

Esse enfrentamento exige do professor uma postura pedagógica comprometida com a problematização da realidade vivida pelos estudantes. Ao abordar a segregação urbana, a concentração fundiária, a violência ambiental ou a exclusão digital, por exemplo, o docente precisa situar tais fenômenos em suas causas estruturais e não em argumentos culturalistas ou fatalistas. A prática geográfica em sala de aula deve, portanto, ser investigativa, reflexiva e conectada ao cotidiano dos alunos.

Sonia Castellar (2002) destaca que o ensino da Geografia escolar deve buscar a formação da cidadania ativa e do pensamento crítico, estimulando os estudantes a perceberem as desigualdades não como fatos naturais, mas como produtos históricos e modificáveis. Para tanto, propõe-se uma pedagogia que valorize o território como espaço de vida e de construção de identidades, superando o ensino baseado na memorização de conteúdos desarticulados da realidade social.

Educar geograficamente é educar para a compreensão da realidade territorial e para a intervenção consciente nela. O espaço vivido pelos estudantes, suas dificuldades e potências, deve ser ponto de partida para a reflexão geográfica. O ensino de Geografia que considera o território escolar, o bairro, a cidade, permite que os estudantes se reconheçam como agentes históricos e que compreendam as relações de poder que estruturam o espaço em que vivem (CASTELLAR, 2002, p. 91).

Para que a Geografia escolar cumpra esse papel crítico, é fundamental repensar as metodologias utilizadas no processo de ensino-aprendizagem. Atividades que estimulem a pesquisa de campo, o uso de mapas temáticos, a construção de cartografias sociais, a análise de imagens e a leitura de dados estatísticos permitem ao estudante explorar o território de forma ativa, interpretando e questionando as condições de vida que observa. Tais práticas favorecem o protagonismo estudantil e criam pontes entre o conhecimento científico e a vivência cotidiana.

Helena Callai (2003), ao tratar do espaço geográfico como dimensão pedagógica, enfatiza que o território não deve ser apenas representado, mas compreendido em sua complexidade e historicidade. Para a autora, o espaço escolar pode ser convertido em campo de investigação geográfica, revelando contradições, desigualdades e resistências. Essa perspectiva transforma o ensino de Geografia em prática socialmente referenciada, comprometida com a transformação do real.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), ao estabelecer competências gerais e específicas para o ensino de Geografia, reforça a importância da formação de estudantes capazes de compreender as dimensões sociais, econômicas, culturais e ambientais do espaço. O documento orienta que o ensino geográfico deve fomentar o pensamento crítico, a empatia e o engajamento com questões locais e globais, contribuindo para a construção de uma sociedade justa e sustentável (BRASIL, 2018). Isso significa que a Geografia não pode ser dissociada de uma proposta educativa voltada para a justiça territorial e a equidade.

A Geografia, como componente da área de Ciências Humanas, contribui para a compreensão das interações entre os elementos do espaço geográfico, e para a construção de competências para o exercício da cidadania. Cabe a essa disciplina fomentar o pensamento crítico, a análise contextualizada dos fenômenos espaciais e o compromisso ético com a sustentabilidade, a justiça social e o respeito às diferenças (BRASIL, 2018, p. 387).

Nesse processo, o papel do professor é central. A formação inicial e continuada deve preparar o docente para atuar como mediador do conhecimento geográfico, capaz de articular teoria e prática, conteúdo e contexto, ciência e experiência. A docência em Geografia exige domínio conceitual, sensibilidade social e compromisso político, uma vez que a sala de aula é também espaço de disputa simbólica e de reprodução – ou transformação – das representações sociais sobre o território e seus habitantes.

A construção de uma abordagem crítica também implica romper com currículos que invisibilizam territórios populares, comunidades tradicionais, periferias urbanas e regiões estigmatizadas. A Geografia escolar deve assumir a responsabilidade de ressignificar tais espaços, valorizando seus saberes, culturas e modos de vida. Isso contribui para o reconhecimento da diversidade territorial brasileira e para o fortalecimento de identidades coletivas historicamente marginalizadas.

Paulo Freire (1996), ao tratar da pedagogia da autonomia, afirma que ensinar é um ato político. Aplicado à Geografia, esse princípio implica compreender que a escolha dos conteúdos, das metodologias e das abordagens teóricas expressa visões de mundo e compromissos éticos. Ensi-

nar Geografia, portanto, é também formar consciências capazes de reconhecer injustiças, resistir a opressões e lutar por transformações.

Ensinar exige respeito aos saberes dos educandos, exige pesquisa, exige criticidade. Exige o reconhecimento de que o mundo é objeto de transformação e de que o conhecimento deve servir à libertação e não à domesticação. O educador deve ser, ele mesmo, um sujeito crítico, capaz de problematizar a realidade junto com os estudantes. E isso só é possível quando se acredita na educação como prática da liberdade (FREIRE, 1996, p. 43).

Em síntese, a Geografia escolar, quando orientada por uma perspectiva crítica, constitui um potente instrumento de enfrentamento às visões naturalizadas das desigualdades. Ao revelar os processos históricos e políticos que estruturam o espaço, a disciplina contribui para a formação de sujeitos reflexivos, conscientes de seus direitos e de sua capacidade de transformação. A valorização do espaço vivido, a problematização das representações sociais e o compromisso com a justiça territorial configuram os pilares de uma educação geográfica voltada para a construção de uma sociedade mais democrática e inclusiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente investigação teve como objetivo principal analisar de que forma a Geografia escolar pode contribuir para a compreensão das desigualdades socioespaciais no contexto brasileiro. Partiu-se do pressuposto de que a disciplina, quando conduzida de maneira crítica, reflexiva e contextualizada, possui um elevado potencial formativo, ao oferecer aos estudantes instrumentos analíticos para a leitura do espaço e para a compreensão das estruturas que sustentam as disparidades territoriais.

Ao longo do trabalho, demonstrou-se que o ensino de Geografia não deve se limitar à descrição do espaço físico ou à memorização de conceitos desarticulados da realidade. Pelo contrário, cabe à Geografia escolar desenvolver o pensamento espacial crítico, ou seja, a capacidade de interpretar o espaço como produto histórico das relações sociais, marcado por contradições, disputas e desigualdades. Essa abordagem amplia a função da disciplina no currículo escolar, posicionando-a como instrumento de formação cidadã e de problematização das condições concretas de vida.

Na primeira seção teórica, discutiu-se o papel da Geografia no desenvolvimento da consciência espacial. Com base em autores como Milton Santos (2000) e Callai (2011), argumentou-se que o território deve ser compreendido como instância política e socialmente produzida, em que se expressam as dinâmicas de poder e os conflitos sociais. Nessa perspectiva, o ensino de Geografia deve incentivar a leitura crítica do espaço vivido pelos estudantes, valorizando suas experiências cotidianas e articulando-as com conteúdo científicos e conceituais. A partir dessa mediação, forma-se um sujeito capaz de interpretar, posicionar-se e agir sobre a realidade.

Na segunda seção, foram exploradas as desigualdades socioespaciais no Brasil, destacando-se as suas múltiplas dimensões e manifestações. Evidenciou-se que a configuração do território brasileiro é marcada por disparidades estruturais que se refletem tanto entre regiões quanto no interior das cidades e do campo. A distribuição desigual de serviços públicos, a segregação urbana, a concentração fundiária e a exclusão de determinados grupos sociais demonstram que o espaço é,

simultaneamente, reflexo e motor das desigualdades. Ao trabalhar tais questões em sala de aula, a Geografia contribui para a desnaturalização desses fenômenos e para o desenvolvimento de uma consciência crítica voltada à justiça social.

A terceira seção abordou diretamente a função da Geografia escolar no enfrentamento das representações naturalizadas do espaço e da desigualdade. Destacou-se que o currículo tradicional tende, muitas vezes, a ocultar as causas estruturais das disparidades, apresentando-as como inevitáveis ou derivadas de fatores culturais. Para superar essa limitação, defendeu-se a adoção de práticas pedagógicas investigativas, participativas e dialógicas, que permitam ao estudante compreender o território como campo de disputas, de resistência e de produção de sentidos. Ressaltou-se também a importância da formação docente, da valorização dos saberes territoriais e da integração entre conhecimento escolar e realidade social.

Conclui-se, assim, que a Geografia escolar, quando comprometida com os princípios da educação emancipadora, desempenha papel fundamental na construção de uma consciência territorial crítica. Ao articular teoria e prática, local e global, ciência e cotidiano, a disciplina potencializa a capacidade dos estudantes de interpretar o mundo e de se reconhecer como sujeitos históricos. Essa formação é indispensável para o enfrentamento das desigualdades, para o fortalecimento da cidadania e para a promoção de uma cultura democrática, baseada no respeito à diversidade e na busca por equidade social.

Além disso, é fundamental destacar que o desenvolvimento de competências e habilidades previstas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) somente se efetiva quando o ensino se anora em práticas comprometidas com a realidade dos estudantes. Ao inserir no processo de ensino-aprendizagem as discussões sobre desigualdade, justiça territorial e políticas públicas, a Geografia deixa de ser apenas um componente curricular e passa a ser um meio de transformação social. Por meio dela, torna-se possível formar sujeitos que não apenas compreendem o espaço, mas que também lutam para transformá-lo.

Portanto, o fortalecimento da Geografia crítica na escola requer políticas públicas que garantam a valorização da disciplina, a formação docente contínua, a produção de materiais didáticos de qualidade e a ampliação do diálogo entre escola e comunidade. Apenas assim será possível consolidar uma prática pedagógica que, além de informar, forme; que, além de explicar o espaço, promova a leitura e a intervenção consciente sobre ele.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mec/pt-br/assuntos/noticias/bncc>. Acesso 20 jun. 2025.

CALLAI, Helena Copetti. **A Geografia escolar e a formação da cidadania.** Porto Alegre: Mediação, 2011.

CALLAI, Helena Copetti. **O espaço geográfico e a formação da cidadania.** Revista Brasileira de Educação, n. 24, p. 58–67, 2003.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Espaço e indústria.** São Paulo: FAPESP; Contexto, 2007.

CASTELLAR, Sonia Regina. **Educação geográfica e cidadania.** Educação & Sociedade, v. 23, n. 80, p. 85–100, 2002.

CASTELLAR, Sonia Regina; PASSINI, Eliana Marta. **Geografia: ensino e representação do espaço.** São Paulo: Contexto, 2010.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço urbano.** 4. ed. São Paulo: Ática, 1997.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 1996.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Atlas do Censo Demográfico 2010. Rio de Janeiro: IBGE, 2013. Disponível em: <https://censo2010.ibge.gov.br/apps/atlas/>. Acesso 20 jun. 2025.

LACOSTE, Yves. **A geografia serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra.** Campinas: Papirus, 1988.

MARTINE, George. **Brasil: a emergência de um país urbano**. In: HOGAN, Daniel Joseph; BALENINGER, Rosana (Org.). **Migração e meio ambiente: cenários para o século XXI**. Campinas: NEPO/UNICAMP, 1994. p. 133–148.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Território e sociedade no Brasil: ensaios em geografia humanista**. São Paulo: Hucitec, 2005.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. **Ensino de Geografia e a leitura crítica do espaço**. Revista Terra Livre, São Paulo, n. 36, p. 55–71, 2011.

SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal**. Rio de Janeiro: Record, 2000.

SILVA, Armando Corrêa da. **As desigualdades socioespaciais e a escola pública**. Geografia e Pesquisa, v. 14, n. 1, p. 123–140, 2020..